

As armas da guerra econômica

Governo quer evitar efeitos do conflito com ação no câmbio, nos juros e na dívida

Valderez Caetano, Vivian Oswald
e Ramona Ordoñez

BRASÍLIA e RIO

O governo já tem pronta uma receita para evitar que uma iminente guerra entre os Estados Unidos e o Iraque provoque um descontrole na economia brasileira. Uma delas é aumentar as intervenções do Banco Central (BC) no mercado de câmbio, numa tentativa de segurar os preços do dólar e, conseqüentemente, restringir o contágio na inflação. Pelo acordo com o FMI, é permitido gastar até US\$ 5 bilhões. O BC também deverá apelar para o elemento-surpresa, agindo sem uma regra pré-anunciada, ao contrário do ano passado, quando vendia uma cota fixa diária de US\$ 50 milhões aos bancos.

A equipe econômica também já admite que, se a guerra atingir grandes proporções, não vai hesitar em elevar as taxas de juros, apesar dos efeitos recessivos dessa medida.

— Se for uma situação de estresse, o juro tem mesmo que subir. É melhor ter uma elevação pontual do que arcar com as conseqüências de ser leniente — disse o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Otaviano Canuto.

O assessor do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no entanto, tem o cuidado de lembrar que

essa será uma decisão exclusiva do Comitê de Política Monetária (Copom), que leva em conta todas as variáveis macroeconômicas antes de tomar qualquer decisão sobre taxa de juros.

— Faz parte das regras do jogo que vários elementos sejam levados em conta na decisão. A meta da inflação é um deles — disse o secretário.

Outra arma da equipe econômica seria começar a gastar o colchão de R\$ 50 bilhões de que o Tesouro Nacional dispõe para rolar ou até mesmo resgatar os títulos da dívida

pública que estão vencendo no mercado interno.

— O governo está saindo do aprisionamento do horizonte de curto prazo em que se encontrava o governo anterior. Estamos ampliando os horizontes e aumentando ainda mais nosso arsenal. Temos uma agenda de reformas muito bem definida nos pressupostos internos. Com a reforma da Previdência, as contas públicas estarão sustentáveis e o país terá que recorrer menos a contingenciamentos e cortes — afirmou Canuto.

O presidente Luiz Inácio Lula da

Silva vai aproveitar o seu discurso de amanhã, na reabertura dos trabalhos do Congresso Nacional, para lembrar que o país não está imune aos efeitos de uma guerra e precisa das reformas, principalmente da Previdência, para sair do círculo vicioso de fragilidade econômica de curto prazo e voltar a crescer.

No caso de uma guerra longa provocar uma disparada nos preços do petróleo no mercado internacional, a alta não será repassada integralmente para os preços dentro do país. O governo poderá usar a Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Eco-

nômico (Cide, que incide sobre os combustíveis) como uma espécie de colchão amortecedor para forçar a queda dos preços.

Outro trunfo de que o governo dispõe é flexibilizar parte dos R\$ 14 bilhões que foram contingenciados do Orçamento para medidas emergenciais, como o aumento do subsídio do gás de cozinha destinado às famílias de baixa renda. Hoje, 9,5 milhões de famílias recebem o benefício, o que representa um gasto de cerca de R\$ 71 milhões por mês.

As embaixadas brasileiras no exterior também já estão em alerta, pondo em prática a orientação do Itamaraty de manterem estreita troca de informações com os brasileiros que vivem nas prováveis áreas de conflito. Num comunicado enviado às embaixadas, o Itamaraty diz o que deve ser feito em três situações diferentes, classificadas como de risco, risco iminente e verdadeiramente risco.

Na primeira situação, o Itamaraty pede que seja mantido e atualizado um cadastro com o nome de todos os brasileiros que vivem em determinados países. No estágio de guerra iminente, como agora, os brasileiros são orientados a manter estoques de alimentos e água, principalmente os que vivem nos países envolvidos com o conflito. A terceira etapa seria a retirada dos brasileiros que quiserem deixar os países. ■